



Design participativo na América Latina: reflexões sobre cuidado e politização

Participatory design in Latin America: reflections on care and politicization

Bibiana Oliveira Serpa

¹Rede Design e Opressão, Doutora, bibianaoserpa@gmail.com

Resumo. *Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a participação no design a partir de perspectivas latino-americanas e populares. Articulando referencial teórico e experiências concretas, com destaque para a análise do International Development Design Summit (IDDS), realizado na Guatemala, argumento que a realidade latino-americana alimenta outra lógica de participação. A partir deste debate, elucido tensões metodológicas e éticas da participação em processos de design em contextos interculturais e apresento a politização e o cuidado como fundamentos para processos participativos engajados. Defendo que a participação emancipatória exige tempo, implicação e disposição para sustentar o conflito e transformar as relações de poder, potencializando uma reformulação de indicadores de sucesso para este tipo de projeto.*

Palavras-chave. *design participativo; América Latina; politização; cuidado.*

Abstract. *This article proposes a critical reflection on participation in design from Latin American and popular perspectives. Articulating theoretical references and concrete experiences, with emphasis on analysing the International Development Design Summit (IDDS), held in Guatemala, I argue that the Latin American reality nurtures another logic of participation. Based on this debate, I elucidate the methodological and ethical tensions of participation in design processes in intercultural contexts and present politicisation and care as the foundations for engaged participatory processes. Emancipatory participation requires time, involvement and a willingness to sustain conflict and transform power relations, thus potentially reformulating success indicators for this type of project.*

Keywords: *participatory design; Latin America; politicization; care.*



1 Introdução

A participação tem ocupado um lugar central nas iniciativas contemporâneas do design, sendo amplamente mobilizada em projetos voltados à inovação social, ao desenvolvimento comunitário e à inclusão de usuários em processos decisórios de projeto. Em muitos desses contextos, a participação é apresentada como um valor incontestável, capaz de democratizar o design, tornar as soluções mais apropriadas e promover engajamento. No entanto, por trás dessa abordagem acessível e bem-intencionada, existem contradições fundamentais: em que condições a participação ocorre? Quem define seus formatos e tempos? Como se distribuem as responsabilidades e os poderes de decisão? Quais são os resultados esperados? Como avaliam-se esses resultados? Quem se beneficia deles?

Ao longo das últimas décadas, o design participativo passou por um processo de despolitização (Beck, 2002; Serpa, 2022). De uma proposta originalmente marcada pela aliança com trabalhadores e por disputas em torno da tecnologia e da organização do trabalho (Ehn, 1988), o design participativo foi progressivamente transformado em um repertório metodológico programático, podendo ser adaptado a múltiplos contextos, especialmente corporativos e com fins mercadológicos. Essa trajetória revela o esvaziamento do sentido político da participação, que, ao ser desvinculada de suas raízes históricas acaba muitas vezes operando como técnica de legitimação ou como forma simbólica de engajamento superficial (Racadio, Rose e Kolko, 2014).

Em contraste com esse percurso hegemônico, este artigo propõe repensar a participação a partir de reflexões e experiências localizadas na América Latina. Em contextos marcados por desigualdade estrutural, apagamento de saberes e formas históricas de resistência, a participação assume outras camadas de sentido. Ela se constrói como prática relacional, pedagógica e política, enraizada em modos de viver, criar e lutar coletivamente (Silva, 2023). Participar, nesses territórios, significa construir processos, reivindicar narrativas, compartilhar responsabilidades e disputar os sentidos da própria prática projetual.

Nessa perspectiva, o cuidado aparece como fundamento ético e político de sua sustentação. Cuidar, nos contextos analisados, é viabilizar a escuta, redistribuir o tempo, sustentar os vínculos e lidar com os conflitos que emergem quando se decide projetar com o outro. Da mesma maneira, nessas experiências, a participação ganha outro sentido justamente por favorecer a politização, criando condições para que se possa refletir sobre a realidade para transformá-la.

Esse artigo articula um referencial teórico centrado em perspectivas latino-americanas e populares com uma análise crítica da participação em experiências concretas. Em especial, discute-se a vivência no *International Development Design Summit* (IDDS), realizado na Guatemala em 2017, na qual a autora esteve implicada como parte da equipe organizadora. O evento, que se propunha a realizar processos participativos com comunidades locais, revelou fricções importantes entre discurso e prática, especialmente



no que diz respeito ao tempo, aos formatos metodológicos e à sustentabilidade das decisões construídas em grupo. A análise do IDDS, em diálogo com outras práticas apresentadas ao longo do artigo, permite pensar a participação como campo em disputa — entre presença e protagonismo, entre escuta e extração, entre vínculo e protocolo.

O artigo está estruturado em seis seções. Após esta introdução, a seção 2 apresenta um panorama crítico das origens e deslocamentos do design participativo, destacando os limites de sua institucionalização e as críticas que tensionam suas promessas. A seção 3 propõe uma virada latino-americana, evidenciando experiências, práticas e categorias que reposicionam a participação como ação de resistência. A seção 4 se dedica à análise da experiência do IDDS, discutindo suas contradições, aprendizados e implicações. A seção 5 articula o cuidado e a politização como práticas de sustentação da participação, problematizando discursos sobre empatia e convocando uma ética política. Por fim, a conclusão retoma os principais argumentos e aponta caminhos para pensar a participação como construção de uma vida mais digna e justa.

2 Participação no Design: origens e deslocamentos

O conceito de participação constitui um dos pilares centrais do campo do Design Participativo (DP), que emergiu como resposta crítica à exclusão de usuários dos processos de projeto, especialmente no contexto da informatização do trabalho nos países escandinavos. A origem do Design Participativo remonta às colaborações entre sindicatos de trabalhadores e pesquisadores nos anos 1970, como nos projetos UTOPIA e DEMOS, conduzidos por Kristen Nygaard e Pelle Ehn (Ehn, 1988), que buscavam garantir aos trabalhadores maior influência na introdução de novas tecnologias nos ambientes de trabalho. Essa gênese associa-se a uma crítica marxista à divisão do trabalho e à reivindicação de que o conhecimento prático e experiencial dos operários deve ser integrado como epistemologia legítima nos processos de inovação tecnológica.

A obra de Paulo Freire teve papel central na constituição original do design participativo escandinavo, especialmente nas formulações de Pelle Ehn, que combinava a crítica sindical de Nygaard com os princípios da Pedagogia do Oprimido de Freire para desenvolver práticas emancipatórias no chão de fábrica (Ehn, 1986). Conceitos como conscientização, diálogo e práxis serviram de base para a construção de metodologias que reconheçam os trabalhadores como sujeitos históricos e criadores de conhecimento. No entanto, apesar dessa influência fundadora, a literatura posterior frequentemente omitiu a centralidade de Freire nesse processo, apagando sua contribuição e, com ela, a vocação libertadora que sustentava os primeiros projetos de DP (Amaral, Maynard & Mazzarotto, 2023). Como observam os autores, esse apagamento não é neutro: ele contribui para esvaziar a dimensão política da participação, tornando-a compatível com as lógicas de inovação, mercado e controle institucional. Recuperar Freire, portanto, não é apenas um gesto historiográfico, mas uma reapropriação crítica dos fundamentos do design participativo.



Nessa fase inaugural, a participação não era apenas uma questão metodológica ou ética, mas uma ferramenta política de resistência às formas hierárquicas de gestão. Ao reconhecer os trabalhadores como coprodutores do conhecimento, o Design Participativo deslocava o foco da expertise técnica para a construção coletiva de decisões. Essa abordagem resultou no desenvolvimento de métodos participativos como maquetes, jogos cênicos e simulações, voltados a traduzir as experiências e perspectivas dos trabalhadores em artefatos projetuais (Bødker et al., 1987). É importante reconhecer que esses processos aconteceram em Estados de bem-estar social, como dos países escandinavos, que guardam contornos distintos em relação a outras regiões, como a América Latina.

Com o tempo, o Design Participativo expandiu-se para outros campos — como urbanismo, educação, saúde, habitação e desenvolvimento social — e para outros territórios, sendo apropriado por diferentes instituições, governos e organizações internacionais. Esse processo de deslocamento geográfico e de institucionalização resultou em profundas transformações. Por um lado, houve um ganho em visibilidade e ampliação de usos e formulações processuais; por outro, as práticas de participação passaram a ser enquadradas em lógicas técnicas e gerenciais, muitas vezes descoladas de suas raízes políticas. A participação, então, deixou de ser instrumento de disputa para se tornar um protocolo projetual, frequentemente esvaziado de veias transformadoras (Beck, 2002; Robertson et al., 2014).

Esse esvaziamento é alvo de críticas crescentes. Beck (2002) já alertava que a simples inserção de "usuários" em etapas do processo de design não garante transformação política, pois a participação pode se reduzir a uma prática simbólica, sem efeitos reais na redistribuição de poder. Racadio, Rose e Kolko (2014) reforçam essa crítica ao identificarem que, muitas vezes, os processos participativos não geram mudanças significativas nos sistemas onde operam, mantendo intactas as estruturas de dominação. Para esses autores, o Design Participativo deve ser mais do que um modelo metodológico, ele deve gerar tensões e confrontos com as formas hegemônicas de governança, produção e uso de artefatos técnicos e sociais.

Ann Light (2010) acrescenta que a participação não é inerentemente boa ou transformadora; pelo contrário, ela pode mascarar desigualdades estruturais, especialmente quando conduzida de forma acrítica. A participação sem co-responsabilização e compromisso, pode tornar-se uma forma de dominação disfarçada de democracia. Algumas autoras, como Tlostanova (2017), têm problematizado a imposição de formas eurocênicas de participação — crítica que encontra ressonância e aprofundamento em experiências da América Latina, como será explorado na próxima seção.

Essas críticas apontam para a necessidade de repensar o lugar da participação no design não como uma fase isolada ou um item metodológico a ser checado, mas como uma prática política relacional. Isso significa compreender a participação como um campo de disputas, onde saberes, subjetividades e desigualdades diversas se encontram, nem sempre em harmonia. Significa também abandonar a ideia de neutralidade do projeto e



reconhecer que todo processo de design é atravessado por relações de poder, valores e interesses, que precisam ser tornados explícitos e debatidos coletivamente.

Na prática, muitos projetos participativos operam com uma ideia instrumental de envolvimento, onde as chamadas “partes interessadas” são consultadas apenas para validar decisões previamente tomadas por quem detém o poder (ou o dinheiro). Essa lógica, influenciada pelo Design Thinking e por abordagens de inovação social de viés liberal, transforma a participação em meio para legitimar intervenções e aumentar a eficiência de soluções ao invés de promover transformação social substantiva (Kimbell, 2011). Essa visão reduz a complexidade dos contextos sociais, trata coletividades como “usuários” e desloca o foco da mudança estrutural para a adequação de produtos e serviços.

Muitos processos participativos desconsideram as desigualdades epistêmicas que atravessam os espaços de projeto. Miranda Fricker (2007) conceitua esse fenômeno como injustiça epistêmica, quando determinados sujeitos têm seu conhecimento sistematicamente desvalorizado ou desconsiderado em razão de sua posição social. Em projetos de design, isso se manifesta quando saberes de mulheres, pessoas negras, indígenas e trabalhadores informais, por exemplo, são tratados como “intuição” ou “experiência empírica”, e não como formas legítimas de conhecimento. Ao ignorar essas assimetrias, a participação corre o risco de reproduzir a lógica de silenciamento e invisibilização.

Frente a esse panorama, diversos autores e autoras têm reivindicado uma repolitização da participação. Gautam e Tatar (2020) defendem que é preciso incluir a política pessoal e os afetos como parte das decisões projetuais, e não focar apenas em sistemas ou produtos. Reynolds-Cuéllar et al. (2022) propõem ver a participação como espaço de confronto com a colonialidade, a partir de práticas que reconheçam a agência dos territórios e a pluralidade de modos de existir. No mesmo sentido, em outro trabalho, argumento que a participação só é emancipadora se for compreendida como instrumento de politização das coletividades envolvidas (Serpa, 2022).

Essas contribuições indicam um caminho que reintegra participação, política e a luta por justiça social. Em vez de promover “inclusão” como benevolência do designer, propõe-se construir processos de conscientização coletiva, nos termos de Paulo Freire (2014 [1968]), onde as pessoas possam identificar suas condições materiais e simbólicas de existência e agir coletivamente para transformá-las. A participação, assim entendida, torna-se espaço de disputa e de cuidado, de conflito e de criação de vínculos, de afirmação de saberes e de reconfiguração de subjetividades.

Para isso, é necessário revisar também os próprios indicadores de sucesso nos projetos participativos. Não se trata apenas de “quantas pessoas participaram” ou “quantas ideias foram geradas”, mas de avaliar em que medida os processos contribuíram para o fortalecimento comunitário, para a redistribuição de poder e para a construção de autonomia. Nesse sentido, a sustentabilidade da participação está diretamente ligada à



capacidade de sustentar vínculos, redistribuir saberes e cultivar práticas de cuidado e solidariedade.

3 Participação a partir da América Latina

Do lado de cá do Atlântico, a participação em design tem sido forjada não só por demandas institucionais ou setoriais, mas por práticas cotidianas de resistência, criação e reinvenção da vida. Na América Latina, o conceito de participação (em termos gerais, não no design) se articula a processos históricos de organização comunitária, luta por justiça social e afirmação de saberes silenciados. Então, repensar a participação no design a partir da América Latina não é adotar metodologias participativas “adaptadas”, mas de reconfigurar radicalmente as bases epistemológicas e políticas do próprio design e como o campo enxerga a participação.

A tradição latino-americana da Educação Popular, criada nas décadas de 1960 e 1970 por Paulo Freire e outros educadores militantes, representa uma das principais matrizes dessa concepção ampliada e crítica da participação. Para Freire (2014 [1968]), participar não é apenas opinar ou estar presente: é tomar parte de um processo histórico de conscientização, organização e transformação. A pedagogia do oprimido, que valoriza os saberes da experiência e recusa a lógica da transmissão unilateral, inspira práticas de design em que o projeto não é um fim, mas um meio de fortalecer vínculos e disputar sentidos (Serpa e Mazzarotto, 2024).

O design participativo latino-americano propõe formas de convivência e coautoria que desafiam as hierarquias entre técnico e leigo, entre planejador e planejado. Gutiérrez Borrero (2021) argumenta que essas práticas implicam um redesenho das próprias categorias do design — como problema, solução, usuário e protótipo — que, sob a colonialidade, operam como instrumentos de captura e silenciamento. Ao invés disso, sugere-se a abertura a outras formas de projetar, que envolvem rituais, silêncios, narrativas e afetos. Cria-se, assim, um design que não apenas constrói coisas, mas que cultiva relações e resiste com os corpos e territórios.

A investigação conduzida por Maria Cristina Ibarra (2020) aponta na mesma direção. Com base no conceito “Sentipensar”, do sociólogo Colombiano Orlando Fals Borda, a autora defende que os saberes populares não precisam ser traduzidos para as categorias do design moderno, mas devem ser escutados em sua complexidade, inclusive quando se expressam em formas não verbais, como o fazer manual, a oralidade, o corpo em movimento. Nestes casos, a participação só se efetiva quando há disposição para desacelerar, permanecer e construir alianças duradouras e diálogos por meio de linguagens que fogem ao design e à academia, mas que têm valor como conhecimento e como projeto.

Essas práticas conformam um campo de insurgência epistêmica, como afirmam Calderón-Salazar e Huybrechts (2020), em que a participação se torna uma tecnologia de vida coletiva, uma forma de partilhar o mundo e disputar os modos de existir. Os autores



mostram que a participação, em contextos de colonialidade persistente, deve ser praticada como relação situada, marcada por conflitos, afetos, desejos e limites concretos.

A crítica a modelos universalizantes de design participativo também está presente no trabalho de Marco Mazzarotto (2024). O autor propõe cinco categorias para analisar a relação entre os sujeitos nos processos de projeto: invasão, omissão, apropriação, cooptação e síntese cultural. As quatro primeiras indicam modos hierárquicos e extrativistas de relação, ainda recorrentes em projetos ditos “colaborativos”. A “síntese cultural”, por sua vez, designa uma forma de coautoria enraizada no diálogo e na aprendizagem mútua. Inspirada em Paulo Freire, essa categoria aposta na construção de novos referenciais a partir do encontro entre saberes diversos, sem que um se sobreponha ao outro.

Essa abordagem é vivenciada na experiência de Sâmia Batista e Silva (2023) junto ao CineClube Terra Firme, no Pará. Com base em uma metodologia freireana e decolonial, a autora relata um processo de investigação-participante em que a comunicação visual e o audiovisual são ativados como formas de denúncia, resistência e reexistência. A construção dos produtos de design parte das narrativas do próprio grupo, mas vai além: ativa processos de consciência crítica e organização política. A designer, nesse contexto, não intervém de fora, mas constrói junto, transformando-se também no processo.

A ideia de convivência como método, já presente em Freire, também é fortalecida pela experiência narrada por Ana Santos, liderança comunitária da Serra da Misericórdia, localizada no Complexo da Penha, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Em entrevista concedida à Rede Design e Opressão e publicada na Alter-Journal Resistências (2024), ela explica que a colaboração entre o centro comunitário que coordena, Centro Centro de Integração na Serra da Misericórdia, e designers da ESDI/UERJ não se baseou em consultorias ou encontros pontuais, mas em vínculos de convivência e aprendizado mútuo. A presença dos designers no território, a escuta atenta às necessidades locais e a valorização dos saberes das mulheres agricultoras possibilitaram a construção de um projeto de comunicação e organização institucional profundamente enraizado no cotidiano da favela. Nesse processo, o design foi resignificado: deixou de ser apenas forma ou estética e passou a ser meio de afirmação, articulação e resistência. Como diz Ana, “o design não me deu voz — eu já tenho voz —, mas me ajudou a organizar as ideias e a apresentá-las sem tirar a minha essência”. Esse depoimento explicita a diferença entre uma participação extrativista e uma aliança solidária: a primeira busca “melhorar” o outro; a segunda se transforma com ele.

A partir desses referenciais, o design deixa de ser uma mediação entre necessidades e soluções, e passa a ser um campo de politização. Como defendo em outro trabalho, participar é se implicar na construção de autonomia, reconhecendo os conflitos, e criando espaços onde as coletividades possam falar de si e decidir sobre os rumos de seus processos (Serpa, 2022). Isso possibilita a revisão do papel do designer, que não atua como especialista ou facilitador, mas como parte de uma coletividade em movimento.



Assim, a participação deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser meio para a construção das coletividades. A centralidade do vínculo, do encontro e da experiência compartilhada desafia as métricas convencionais de avaliação de projetos. O resultado deixa de ser medido por entregas e passa a ser percebido pela capacidade de sustentar alianças, redistribuir poder e fomentar processos contínuos de politização. Trata-se de reconhecer que os territórios não são carentes, mas potentes; que os sujeitos não precisam de salvação, mas de condições materiais e simbólicas para agir; que o design não deve “traduzir” a realidade dos outros, mas se colocar disponível para construir novas possibilidades para uma vida melhor.

4 Reflexões a partir do International Development Design Summit (IDDS)

Seguindo nossa investigação latino-americana, vamos mergulhar na experiência do *International Development Design Summit (IDDS)*. Realizado em 2017 na Guatemala, este evento foi um espaço de aprendizado e fricção que revelou com nitidez os potenciais e limites da participação no design em contextos de desenvolvimento internacional, marcado por grandes diferenças culturais. Promovido por uma rede internacional vinculada ao D-Lab/MIT, o IDDS é um programa de extensão que se apresenta como uma iniciativa de cocriação entre especialistas e membros de comunidades periféricas, visando o desenvolvimento de soluções técnicas com potencial de replicação e sustentabilidade para melhoria de vida nas comunidades onde atua. No entanto, a análise desta experiência aponta para contradições significativas entre os discursos e os dispositivos estruturais que sustentam o evento.

A participação no IDDS acontece em um formato intensivo de quatro semanas, no qual todos os participantes — moradores locais, estudantes, designers e especialistas — convivem em um espaço comum, onde realizam suas refeições, dormem e elaboram coletivamente os projetos. Durante o evento, realizam-se visitas às comunidades, incluindo pernoites nas casas das famílias envolvidas com a iniciativa. Essas visitas são importantes e marcam a construção de vínculos afetivos, escuta e reconhecimento de saberes locais, ainda que limitadas pela estrutura temporal e institucional do evento.

A proposta metodológica do IDDS se ancora nos princípios do *Creative Capacity Building (CCB)*, método elaborado pela rede e que prevê a participação ativa de todos os envolvidos na geração de ideias, prototipagem e apresentação das soluções, com foco no aprendizado de habilidades individuais e coletivas. Os grupos são formados com base em temas previamente definidos. No caso analisado, os grupos desenvolveram alternativas de melhoria para habitações locais considerando temas como lixo, cocção, saneamento e energia, e recebem apoio técnico, logístico e financeiro para a execução do protótipo. Como integrante da equipe organizadora, participei diretamente da formulação metodológica e da mediação entre participantes e equipe, o que me implicou ativamente nos acertos e limites deste processo. Essa posição, entre organização e escuta, intensificou meu exercício reflexivo ao longo do evento.



Uma das primeiras questões surgiu no esforço de garantir a participação de moradores da comunidade. Para viabilizar a presença cotidiana dessas pessoas, a organização previu o pagamento de uma bolsa de participação para as pessoas envolvidas, cobrindo transporte, alimentação e uma remuneração simbólica pela dedicação exclusiva ao projeto durante as quatro semanas. Essa medida permitiu que elas estivessem efetivamente presentes no evento — o que de outra forma seria inviável, dado o contexto de trabalho remunerado e também trabalho não remunerado (doméstico e de cuidados) que caracteriza a rotina dessas pessoas. Contudo, a própria lógica do pagamento trouxe à tona ambiguidades importantes: até que ponto a presença cotidiana refletia um envolvimento real com o projeto? Como aliar o compromisso político com o projeto à necessidade econômica? Quais relações de poder são reproduzidas e quais são enfrentadas quando a participação é monetariamente mediada?

A análise dessa dimensão aponta para a complexidade dos processos participativos em contextos de desigualdade social. A participação, ali, não era exclusivamente espontânea; ao menos em parte, era contratual. Essa contratualidade, ainda que justa e necessária, produz efeitos subjetivos e simbólicos que precisam ser reconhecidos. Ao mesmo tempo, é preciso recusar uma visão romantizada da participação voluntária, que ignora as condições materiais da vida das pessoas e responsabiliza os sujeitos pela sua ausência ou "desinteresse". A mediação econômica, nesse caso, foi também uma forma de redistribuição mínima de recursos e compensação pelo tempo e saber das pessoas participantes.

Os impasses metodológicos não tardaram a aparecer. Logo no começo do evento, durante a atividade conhecida como "toró de ideias" enfrentamos a primeira barreira cultural. A proposta era que todas as pessoas do grupo compartilhassem, classificassem e priorizassem as sugestões a partir das pesquisas realizadas nos dias anteriores. Isso se daria por meio de uma dinâmica baseada em post-its, cartolinas e votações visuais afixadas em uma parede. Desde o início, a equipe organizadora tinha consciência de que muitas pessoas da comunidade tinham dificuldades de leitura e escrita, e que várias se comunicavam prioritariamente em quéchua (idioma indígena nativo) e não em espanhol, o idioma predominante na mediação do evento. Garantimos mediação oral de apoio para essas participantes e enfatizamos que todos poderiam se expressar da maneira que fosse mais confortável, seja por desenho, pela fala ou escrita, acreditando que seria possível contornar as barreiras já conhecidas.

O resultado, no entanto, revelou um distanciamento mais profundo. As participantes locais permaneceram sentadas, em silêncio, sem se aproximar da parede onde os papéis coloridos estavam expostos. O que se expressava ali não era apenas uma barreira técnica de alfabetização ou idioma, mas uma inadequação completa da linguagem corporal e projetual proposta. A centralidade da visualidade escrita, da movimentação autônoma em direção aos papéis na parede e a lógica de escolha individual estava completamente desalinhada com os códigos comunicacionais das participantes. A proposta de "interagir com a parede" não fazia sentido no contexto delas.



Diante disso, reformulamos a atividade de forma a refletir a realidade do grupo: nos sentamos em roda, retomamos oralmente as ideias já discutidas e registramos coletivamente as contribuições. A escuta passou a fluir com mais espontaneidade. Essa inflexão não apenas reativou a participação como reforçou a necessidade de sensibilidade metodológica para além da acessibilidade funcional. Adaptar métodos de design não significa apenas traduzir formatos, mas repensar profundamente os modos de estar junto, de escutar e de criar sentido. Aquele episódio evidenciou que a exclusão pode acontecer mesmo em propostas “participativas” quando os códigos de interação não são compartilhados ou respeitados.

Durante o restante do processo, as relações foram se tornando mais horizontais, ainda que permeadas por tensões. A convivência no alojamento coletivo, a partilha das refeições, os momentos de cansaço e alegria coletivos contribuíram para a criação de um campo comum de experiência. Contudo, a pressão por resultados e a estrutura formal de apresentação final dos projetos continuavam a operar sob uma lógica orientada pelo produto. Ainda que o IDDS enfatize o processo sobre o resultado, há uma expectativa concreta de que os grupos apresentem protótipos viáveis ao final do evento. Em alguns casos, esses protótipos são transformados em negócios sociais, com apoio de parceiros locais e internacionais, mas nem sempre sob gestão direta das comunidades envolvidas.

Esse ponto é especialmente crítico. Quando os resultados dos projetos são apropriados por organizações externas ou transformados em soluções escaláveis sem a participação ativa dos sujeitos que as co-criaram, a lógica extrativista é reforçada. A participação, nesse caso, opera como legitimação simbólica de um processo de retirada de valor, e não como redistribuição de poder. Como já alertaram as autoras e autores latino-americanos na seção anterior, não basta querer ouvir: é preciso ceder espaço, ceder autoria e redistribuir resultados, inclusive financeiros.

No contexto do IDDS, essas contradições foram parcialmente percebidas e discutidas pelos próprios organizadores. A tentativa de realizar ajustes metodológicos, de priorizar o vínculo e de respeitar os tempos do grupo indicam uma abertura importante ao aprendizado coletivo. Contudo, os dispositivos estruturais do evento — cronograma rígido, divisão de tarefas, formato de entrega — impunham limites significativos à construção de uma participação verdadeiramente engajada com a realidade local.

Do ponto de vista pessoal e político, a experiência do IDDS produziu em mim deslocamentos profundos. Enquanto pesquisadora e organizadora, fui confrontada com meus próprios limites, com as contradições do lugar que ocupava e com a necessidade de rever não apenas métodos, mas posturas, vocabulários e interpretar e valorizar os silêncios. Participar, entendi, não é apenas propor uma escuta: é sustentar o desconforto, rever as prioridades e se deixar transformar.



5 Cuidado e Politização no Centro da Participação

Na discussão deste artigo, a participação não aparece como técnica aplicada ou protocolo metodológico, mas como construção coletiva de processos que envolvem negociação, escuta e compromisso político. Essa perspectiva demanda, como vimos, uma revisão crítica dos critérios comumente utilizados para avaliar projetos participativos, que são muitas vezes centrados em indicadores quantitativos, como número de ideias geradas, pessoas envolvidas ou entrega de produtos finais.

Em contraste, sugerimos que práticas de participação politizadas exigem outro tipo de avaliação, mais contextualizada, relacional e atenta à construção de vínculos, subjetividades e alianças. Mas como tornar esse deslocamento crítico efetivo na prática? Como avaliar processos que se propõem a operar a partir do cuidado e da politização?

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que os vínculos não se medem apenas pela duração do processo ou pela quantidade de interações, mas pela qualidade das relações estabelecidas. Processos participativos comprometidos com o cuidado criam espaços em que as pessoas se sintam autorizadas a falar, a discordar e a permanecer, mesmo diante do conflito. Como propusemos em Serpa e Silva (2024), essa construção envolve solidariedade, implicando co-responsabilização e disposição para sustentar alianças imperfeitas. Uma forma prática de perceber se tais vínculos foram construídos está nos efeitos subjetivos observados: a permanência dos laços após o encerramento formal do projeto, os relatos de transformação e pertencimento, ou ainda a continuidade de iniciativas nascidas durante os encontros.

Em segundo lugar, avaliar se o cuidado está sendo mobilizado de maneira coerente exige atenção, adaptação e redistribuição de tarefas ao longo do processo. Joan Tronto (1993) entende o cuidado como prática política porque envolve atenção ativa às necessidades minhas e das outras pessoas e a disposição para reorganizar o fazer coletivo em função disso. Isso não significa apenas “ser gentil”, mas repensar decisões estruturais: O que é necessário para garantir condições mais equânimes de participação? Quem define os métodos de participação? Quais são os processos que guiarão o projeto? As pessoas estão bem alimentadas? A estrutura proposta permite descanso? Quem arca com os custos afetivos e materiais do projeto? Qual é o impacto esperado?

No caso do IDDS, o cuidado se expressou na tentativa de oferecer bolsas para que representações comunitárias pudessem participar integralmente da iniciativa. Essa estratégia importante de redistribuição material, no entanto, revelou um paradoxo: quando dissociada do compromisso político, essa ação pode se transformar em contratualidade esvaziada. A presença diária das participantes não era, por si só, sinal de engajamento, mas o pagamento era uma condição inegociável para garantir a participação. Além disso, como vimos na dinâmica do “toró de ideias”, a proposta metodológica precisou ser revista, já que os formatos propostos não dialogavam com os códigos comunicacionais da comunidade. O cuidado, nesse contexto, não pode se restringir à inclusão formal do



idioma: exigiu um deslocamento epistemológico, escuta real e disposição para rever as premissas da própria proposta de design.

Para avaliar se o cuidado está operando de modo coerente, é possível considerar elementos concretos como: a disposição para adaptar cronogramas e métodos, a criação de momentos de pausa e partilha fora das dinâmicas produtivas, o reconhecimento das vulnerabilidades e dificuldades presentes no grupo e a construção coletiva de estratégias para lidar com elas. Mais do que protocolos fechados, são práticas abertas e situadas que exigem acompanhamento, reflexão e ajustes constantes. Como propõem Light e Akama (2014), o cuidado deve ser entendido como uma infraestrutura relacional que é ao mesmo tempo invisível e imprescindível para que os vínculos se sustentem e a participação se enraíze.

Terceiro, a politização pode ser compreendida como critério avaliativo não apenas quando há declarações explícitas de engajamento político, mas sobretudo quando ocorrem deslocamentos de percepção, fortalecimento de narrativas próprias e construção de estratégias coletivas de transformação. Como apontam Batista e Silva (2023) e Mazzarotto (2024), politizar é transformar a relação com a própria realidade, seja por meio do reconhecimento das opressões que nos atravessam, da resignificação da experiência vivida ou da produção de novos sentidos de pertencimento.

Essas mudanças nem sempre são visíveis de imediato. Por isso, a avaliação da politização precisa ser feita ao longo do tempo e exige escuta qualificada, análise contextualizada e participação ativa dos sujeitos envolvidos. Algumas perguntas que podem orientar esse processo são: as pessoas se sentem mais capazes de atuar em seus territórios após o projeto? Houve fortalecimento de lideranças locais? Emergiram conflitos que desafiaram as posições previamente estabelecidas? Quais estratégias foram construídas coletivamente para sustentar ou enfrentar esses conflitos?

Essas questões nos levam a propor que a avaliação de projetos participativos politizados se faça por meio de critérios co-construídos, sensíveis ao contexto e abertos ao conflito. Isso significa, na prática, incorporar espaços de avaliação processual ao longo do projeto: momentos em que as pessoas envolvidas possam revisar os rumos, expressar desconfortos, celebrar conquistas e propor mudanças. Esses critérios podem incluir perguntas como: “O que aprendemos juntos?”, “O que mudou na forma como nos relacionamos?”, “O que queremos propor daqui em diante?”, “Que desacordos emergiram e como lidamos com eles?”. Como propõem Eleutério e Van Amstel (2023), participar com cuidado é sustentar conversas difíceis, permanecer mesmo quando o caminho não é confortável, abrir mão da ilusão de controle e acolher a fricção como parte do processo.

Com isso, não sugerimos abandonar completamente os indicadores objetivos, mas reposicioná-los dentro de um quadro mais amplo, que reconheça o cuidado como base relacional e política do projeto, a politização como critério ético-pedagógico e a participação como construção coletiva. Politizar os critérios de avaliação significa colocar o processo, e não apenas seus resultados, no centro do projeto. Assim, podemos reconhecer



que os efeitos mais transformadores de um projeto de design participativo não cabem em métricas, mas vivem nos vínculos construídos, nos conflitos enfrentados e nas subjetividades deslocadas. Avaliar a partir do cuidado e da politização é, portanto, uma forma de disputar o próprio sentido da participação.

6 Conclusão

Ao longo deste artigo, argumentamos que a participação no design não pode ser concebida como uma técnica neutra nem como um valor universal. Trata-se de uma prática relacional, contextualizada e política, que opera em territórios concretos, atravessados por desigualdades históricas, epistemológicas e afetivas. Em vez de focar na adesão a modelos ou na aplicação de protocolos, propomos compreender a participação no design como um processo político que implica rever o papel do designer, redistribuir autoria e recursos e sustentar vínculos para além do ciclo do projeto.

Este artigo articula um referencial teórico enraizado na América Latina e em experiências concretas e faz uma análise reflexiva da experiência do International Development Design Summit, iniciativa na qual a pesquisadora esteve implicada como parte da equipe organizadora. Esse posicionamento não apenas enriquece a análise, como assume uma perspectiva ética e política de escrita: falar da participação é também participar de sua crítica, se afetar por seus limites e reivindicar sua potência.

A politização não diz respeito apenas a decisões institucionais ou discursos explícitos, mas à criação de condições concretas para que as pessoas possam refletir sobre sua realidade e agir coletivamente para transformá-la. Isso exige atenção às formas de envolvimento, à mediação dos conflitos, à produção de vínculos e à valorização de saberes historicamente marginalizados. Reconhecemos, no entanto, os limites estruturais que tensionam a prática participativa, especialmente quando inserida em contextos institucionais ou atravessada por lógicas de financiamento, produtividade e resultados mensuráveis. É nessas situações que os processos correm o risco de se tornar protocolares, simbólicos ou extrativistas, mascarando desigualdades, desmobilizando sujeitos e reproduzindo práticas opressoras.

Com isso, defendemos que os critérios de avaliação de projetos participativos também precisam ser revistos. Em vez de contabilizar pessoas envolvidas ou ideias geradas, propomos perguntar: que vínculos foram construídos? Que subjetividades foram politizadas? Que conflitos emergiram e foram sustentados? Que alianças foram possíveis, ainda que parciais, instáveis, imperfeitas? Esses critérios não são métricas prontas, mas orientações ético-políticas que se colocam como provocação à prática. Avaliar um processo participativo, sob essa perspectiva, significa perguntar menos sobre sua eficiência e mais sobre sua coerência. Houve espaço para o conflito? Houve cuidado compartilhado? Houve escuta real? Há possibilidade de agir sobre essa realidade?



Os caminhos para repolitizar o design participativo passam por reaproximá-lo de seus compromissos históricos com a transformação social, pela valorização das experiências concretas. Os exemplos latinos de luta por participação e o trabalho cooperativo na produção de materialidades são capazes de mostrar como a participação pode e deve ser abordada como trabalho da classe de produtores para si mesmos, em benefício próprio (Silva, 2023; Mazzarotto, 2024). Neste sentido, defendo a participação como uma possibilidade de humanização e como um exercício de politização (Serpa, 2022).

Politizar, aqui, não é impor uma agenda, mas criar as condições para que outras existências, saberes e desejos possam emergir, persistir e transformar a realidade. Essa aposta na participação como prática de politização e cuidado abre caminhos para pensar futuros em libertação. A participação, nesses termos, é pedagógica, política e poética: é uma forma de existir em coletivo, com dignidade e imaginação.

7 Referências

- Amaral, M. L. S. Do; Maynard, L. B.; Mazzarotto, M. Paulo Freire e design participativo: contribuições, ausências e apagamentos, p. 5691-5711. In: **Anais do 14º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. São Paulo: Blucher, 2022. ISSN 2318-6968, <https://doi.org/10.5151/ped2022-2554593>
- Beck, E.E. P for Political: Participation is Not Enough. **Scandinavian Journal of Information Systems**. Vol. 14: Iss. 1, Article 1, 2002. Available at: <https://aisel.aisnet.org/sjis/vol14/iss1/1>
- Bødker, S. et al. A Utopian Experience. In: Bjerknes, G. et al. (eds.): **Computers and Democracy – a Scandinavian Challenge**, Avebury, 1987.
- Calderon Salazar, P., & Huybrechts, L. PD Otherwise Will Be Pluriversal (or It Won't Be). In **Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020 - Participation(s) Otherwise** - Volume 1 (Manizales, Colombia) (PDC '20). Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, 107–115, 2020. <https://doi.org/10.1145/3385010.3385027>
- Eleutério, R. P.; Van Amstel, F. M. C. Questões de cuidado na formação de uma coalizão de design feminista. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 375–401, 2023. DOI: 10.12957/arcosdesign.2023.71093.
- Ehn, P. **Negotiating change: new technology and trade unions: an interview with Pelle Ehn**. Botsman, Carl; Rawlinson, Peter (Eds). Local Consumption, 1986.
- Ehn, P. **Work-oriented design of computer artifacts**. Arbetslivscentrum, Stockholm, 1988.
- Freire, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014 [1968].
- Fricker, M. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. New York: Oxford, 2007.



Gautam, A. & Tatar, D. p for political: Participation without agency is not enough. In **Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020 - Participation(s) Otherwise** - Volume 2 (Manizales, Colombia) (PDC '20). Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, 107–115, 2020. <https://doi.org/10.1145/3384772.338514>

Gutiérrez-Borrero, A. **DISSOCONS - Diseños del sur, de los sures, otros, con otros nombres**. (Tesis de Doctorado). Universidad de Caldas, Manizales, Colombia, 2021.

Ibarra, M. C. Aproximaciones a un diseño participativo sentipensante: correspondencias con un colectivo de residentes en Rio de Janeiro. In **Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020 - Participation(s) Otherwise** - (Manizales, Colombia) (PDC '20) & In Festival de la Imágene 2020, 2020.

Kimbell, L. Rethinking Design thinking: Part 1. **Design and Culture**, 3(3), 2011, pp 285-306.

Light, A. The unit of analysis in understanding the politics of participatory practice. In: **Proceedings of the 11th biennial participatory design conference**. 2010. p. 183-186.

Light, A.; Akama, Y. Structuring future social relations: the politics of care in participatory practice. In **Proceedings of the 13th Participatory Design Conference: Research Papers** - Volume 1 (PDC '14). Association for Computing Machinery, New York, NY, USA, 151–160, 2014. <https://doi.org/10.1145/2661435.2661438>

Mazzarotto, Marco. Da invasão a síntese cultural: categorias para analisar o diálogo e a participação no Design. **Estudos em Design**, v. 32, n. 1, 2024. <https://doi.org/10.35522/eed.v32i1.1877>

Racadio, R.; Rose, E. J.; Kolko, B. E. Research at the margin: participatory design and community based participatory research. In: **Proceedings of the 13th Participatory Design Conference: Short Papers, Industry Cases, Workshop Descriptions, Doctoral Consortium papers, and Keynote abstracts**-Volume 2. 2014. p. 49-52.

Reynolds-Cuéllar, P., & Delgado Ramos, D. Community-Based Technology Co-Design: Insights on Participation, and the Value of the “Co”. In **Proceedings of the 16th Participatory Design Conference 2020-Participation (s) Otherwise**-Volume 1 (pp. 75-84), 2020.

Robertson, T., Leong, T. W., Durick, J., & Koreshoff, T. Mutual learning as a resource for research design. In **Proceedings of the 13th Participatory Design Conference: Short Papers, Industry Cases, Workshop Descriptions, Doctoral Consortium papers, and Keynote abstracts**-Volume 2, pp. 25-28, 2014.

Serpa, Bibiana Oliveira. **Por uma politização do design: caminhos entre o feminismo e a educação popular**. 2022. 223 f. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Serpa, B., and Mazzarotto, M. (2024) Towards a design methodology against oppression, in Gray, C., Ciliotta Chehade, E., Hekkert, P., Forlano, L., Ciuccarelli, P., Lloyd, P. (eds.), **DRS2024**: Boston, 23–28 June, Boston, USA. <https://doi.org/10.21606/drs.2024.617>



**X Simpósio
de Design
Sustentável**
Mundos por vir_

X SDS 2025 - Sustainable Design Symposium

**3 a 5
DEZ
2025**

São Luís - MA



PPGDg UFMA
Programa de
Pós-Graduação
em Design



INSTITUTO
FEDERAL
Maranhão

Serpa, B.O., Batista & Silva, S. Solidarity as a Principle for Antisystemic Design Processes: Two cases of alliance with social struggles in Brazil. In Leitão, R.M., Men, I., Noel, L-A., Lima, J. & Meninato, T. (Eds.), **Pivot 2021: Dismantling/Reassembling**, 22-23 July, Toronto, Canada, 2021. doi: <https://doi.org/10.21606/pluriversal.2021.0004>

Silva, S. B. e. Design In and From the Periphery: Building a Praxis of Resistance through Collective Investigations. **Diseña**, [S. l.], n. 22, p. Article.3, 2023. DOI: 10.7764/disena.22.Article.3.

Tlostanova, M. On decolonizing design. **Design Philosophy Papers**, 15(1), 51–61, 2017. <https://doi.org/10.1080/14487136.2017.1301017>

Tronto, J. Redefining democracy as settling disputes about care responsibilities In **Caring Democracy: markets, equality, and justice**. Nova Iorque: New York University Press, 2013.